

CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



CONTRATO Nº 045/2023

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2023, QUE FAZEM ENTRE SI DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER, pessoa jurídica de empresa pública, com sede na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, na Avenida Dr. Paulino de Oliveira Nº 1411, CEP: 78.718-104- Jardim Marialva, inscrita no CNPJ/MF. sob Nº 03.940.848/0001-99, neste ato representado pelo Diretor Presidente Sr. **MARCUS VINICIUS DAS NEVES LIMA**, brasileiro, casado, Militar, portador da cédula de identidade n.º 17XXX116 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 037.XXX.XXX-77 assistido pela Diretora Administrativa e Financeira, Sra. **DARCIA DAIANY DOS SANTOS PAES**, brasileira, solteira, Graduada em Direito, portador da cédula de identidade nº 14XXX79-7 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº 006.XXX.XXX-40, residentes e domiciliados nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e de outro lado, a empresa **DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA** inscrita no CNPJ 33.086.529/0001-29, com sede administrativa na Avenida Ayrton Senna, Nº 397, Complemento KM 397,4 Distrito Industrial - Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.098-970, neste ato representado pelo sócio proprietário **Sr. LEONARDO DEFANT**, inscrito no CPF nº 016.XXX.XXX-08, portador da Carteira de Identidade nº 001XXXXX5 SSP/MS, doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista o processo de Dispensa de licitação nº 002/2023, com fundamento na Lei 8.666/93, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados para realização de revisão obrigatória das máquinas novas oficiais pertencente a frota da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER, durante o período de garantia do fabricante, através de concessionárias autorizadas, de máquinas **RETROESCAVADEIRA MARCA JCB MODELO 3CX SÉRIE: 3173706 – FROTA 643, ANO 2022/2022; RETROESCAVADEIRA MARCA JCB MODELO 3CX SÉRIE: 3173566 – FROTA 644, ANO 2022/2022 E PÁ CARREGADEIRA MARCA JCB MODELO 422ZX SÉRIE: 3079879 - FROTA: 645, ANO 2022/2022 PARA REVISÃO PERIÓDICA DE: 500 HRS**, para atender a necessidade da frota da **Companhia de Desenvolvimento de**



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



Rondonópolis – CODER. As máquinas estão devidamente cedidas a esta Companhia, conforme Lei nº12.653 de 13 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período por interesse das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de acordo com o total de horas mês para as revisões conforme termo de referência:

RELAÇÃO DOS MAQUINÁRIOS PARA REVISÃO DE GARANTIA:

RELAÇÃO DE MÁQUINAS A SER REVISADAS EM PERÍODO DE GARANTIA – FROTAS 643, 644 E 645					
EQUIPAMENTOS	CHASSI	MODELO /TIPO	FROTA	ANO/MOD	VALOR
RETROESCAVAD EIRA MARCA JCB MODELO 3CX	S0R3CXTHN31737 06	RETROESCAVADEIRA	643	2022/2022	R\$ 10.488,29
RETROESCAVAD EIRA MARCA JCB MODELO 3CX	S0R3CXTTKN31735 66	RETROESCAVADEIRA	644	2022/2022	R\$ 7.766,29
PÁ CARREGADEIRA MARCA JCB MODELO 422ZX	S0R422Z0HN30798 79	PÁ CARREGADEIRA	645	2022/2022	R\$ 10.473,47
TOTAL GERAL					R\$ 28.728,05

TABELA DE VALORES DA REVISÃO

TABELA DE VALOR DE PEÇAS DE REVISÃO OBRIGATÓRIA, CONFORME RETROESCAVADEIRA MARCA JCB – FROTAS 643 e 644						
HORIMETRO	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL	QTDE	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
REVISÃO DE 500 HORAS	CONSUMO	FILTRO OLEO DO MOTOR	2	UNID	R\$ 125,97	R\$ 251,94
	CONSUMO	ELEMENTO SEPARADOR DE ÁGUA	2	UNID	R\$ 561,40	R\$ 1.122,80
	CONSUMO	FILTRO	2	UNID	R\$ 269,75	R\$ 539,50
	CONSUMO	FILTRO TRANSMISSÃO 15 MICRONS	2	UNID	R\$ 166,69	R\$ 333,38
	CONSUMO	ELEM FILTRO OLEO HIDRÁULICO 12 MICRO	2	UNID	R\$ 435,05	R\$ 870,10
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DE AR PRIMARIO	2	UNID	R\$ 440,13	R\$ 880,26



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104



Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT

	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DE AR SECUNDARIO	2	UNID	R\$ 233,09	R\$ 466,18
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE AC 433X73X48	2	UNID	R\$ 216,12	R\$ 432,24
	CONSUMO	FILTRO DE AR DO AR CONDICIONADO	2	UNID	R\$ 146,88	R\$ 293,76
	CONSUMO	JUNTA VEDAÇÃO TANQUE HIDRÁULICO	2	UNID	R\$ 113,67	R\$ 227,34
	CONSUMO	MALHA COSTURADA	4	UNID	R\$ 10,89	R\$ 43,56
	CONSUMO	JCB OLEO AP PARA MOTORES 15W 40 20L	2	BD	R\$ 624,03	R\$ 1.248,06
	CONSUMO	JCB OLEO P. DIF/ FREIOS UMIDOS	4	UNID	R\$ 778,83	R\$ 3.115,32
	CONSUMO	JCB OLEO EXTR. PERF. TRSNMISSAO 20L	2	BD	R\$ 692,02	R\$ 1.384,04
	CONSUMO	ARRUELA	12	UNID	R\$ 26,58	R\$ 318,96
	CONSUMO	ACTIOIL – EMBALAGEM DE 01 LT	2	LT	R\$ 202,57	R\$ 405,14
TOTAL GERAL						R\$ 11.932,58

TABELA DE VALOR DE SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATÓRIA, CONFORME RETROESCAVADEIRA MARCA JCB – FROTA 643					
HORIMETRO	SERVIÇO CONSUMO	MATERIAL	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
REVISÃO DE 500 HORAS	SERVIÇO	REVISÃO DE 500 HORAS RETRO	1	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
	SERVIÇO	DESLOCAMENTO 01	1	R\$ 1.672,00	R\$ 1.672,00
	SERVIÇO	DESPESAS COM HOSPEDAGEM 01	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
	SERVIÇO	MO-DESL-05	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
TOTAL GERAL					R\$ 4.522,00

TABELA DE VALOR DE SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATÓRIA, CONFORME RETROESCAVADEIRA MARCA JCB – FROTA 644					
HORIMETRO	SERVIÇO CONSUMO	MATERIAL	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
REVISÃO DE 500 HORAS	SERVIÇO	REVISÃO DE 500 HORAS RETRO	1	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
TOTAL GERAL					R\$ 1.800,00

OBS: As revisões serão realizadas em 2 (duas) máquinas retroescavadeiras da Cia, sendo frota 643, com o valor unitário de produtos e serviços de R\$ 10.488,29 e frota 644, com valor unitário de produtos e serviços de R\$ 7.766,29 e valor global de R\$ 18.254,58.

TABELA DE VALOR DE PEÇAS DE REVISÃO OBRIGATÓRIA, CONFORME PÁ CARREGADEIRA MARCA JCB – FROTA 645						
HORIMETRO	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL	QTDE	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104



Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT

REVISÃO DE 500 HORAS	CONSUMO	FILTRO ÓLEO DO MOTOR	1	UNID	R\$ 125,97	R\$ 125,97
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DO AR	1	UNID	R\$ 308,15	R\$ 308,15
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DO AR	1	UNID	R\$ 256,94	R\$ 256,94
	CONSUMO	ELEMENTO SEPARADOR DE ÁGUA	1	UNID	R\$ 561,42	R\$ 561,42
	CONSUMO	ELEMENTO DO FILTRO SEDIMENTADOR	2	LT	R\$ 317,82	R\$ 635,64
	CONSUMO	ELEM FILTRANTE DE COMBUSTIVEL 3 CAM	1	UNID	R\$ 553,12	R\$ 553,12
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DA TRANSMISSÃO 4	1	UNID	R\$ 695,57	R\$ 695,57
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE HIDRAULICO	1	UNID	R\$ 407,67	R\$ 407,67
	CONSUMO	ELEMENTO FILTRANTE DO AR CONDICIONADO	1	UNID	R\$ 688,49	R\$ 688,49
	CONSUMO	FILTRO DE AR DA CABINE	1	UNID	R\$ 29,66	R\$ 29,66
	CONSUMO	JUNTA VEDAÇÃO FILTRO HID.	1	UNID	R\$ 2,02	R\$ 2,02
	CONSUMO	JCB OLEO AP PARA MOTORES 15W40 20L	2	BD	R\$ 623,99	R\$ 1.247,98
	CONSUMO	MALHA COSTURADA	2	UNID	R\$ 10,89	R\$ 21,78
	CONSUMO	JCB OLEO P. DIF/ FREIOS UMIDOS	3	UNID	R\$ 778,83	R\$ 2.336,49
	CONSUMO	ACTIOIL – EMBALAGEM DE 01 LT	1	LT	R\$ 202,57	R\$ 202,57
TOTAL GERAL						R\$ 8.073,47

HORIMETRO	SERVIÇO CONSUMO	MATERIAL	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
REVISÃO DE 500 HORAS	SERVIÇO	REVISÃO DE 500 HORAS PÁ CARREGADEIRA	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
TOTAL GERAL					R\$ 2.400,00

OBS: A revisão será realizada na máquina Pá Carregadeira da Cia de frota 645, com o valor total de produtos e serviços de R\$ 10.473,47.

VALOR TOTAL DE CONSUMO (FROTAS 643, 644 E 645)	R\$ 20.006,05
VALOR TOTAL DE SERVIÇO (FROTAS 643, 644 E 645)	R\$ 8.722,00
VALOR TOTAL DE CONSUMO E DE SERVIÇO (FROTAS 643, 644 E 645)	R\$ 28.728,05

3.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ 28.728,05 (Vinte e oito mil, setecentos e vinte e oito reais e cinco centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos



CODER

Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da Contratação, Objeto desta Dispensa de Licitação, ocorrerão por conta dos Contratos firmado entre a **Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER** e a Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. As apresentações da Nota Fiscal/Fatura deverão ser emitidas até o dia 25 de cada mês, conforme disposto no artigo 3º, § 1º da Instrução Normativa nº 03/2008. Enviadas para o e-mail: fiscais.coderoo@gmail.com. Nas notas fiscais deverão constar o número do processo e da modalidade da licitação, com autorização do departamento competente da **CODER**, conforme serviço entregue.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



5.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

5.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**, não será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** inadimplente no SICAF.

5.10. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. O prazo para a execução da revisão periódica obrigatória será de 72:00 horas a partir da solicitação Conforme Termo de Referência.

7.1.1. Serviço de revisão periódica 500 horas.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na autorização e cotação.



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do projeto básico e da proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no dia seguinte após o termino do prazo provisório, **7.2.**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA- FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado, através de resolução, o representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;





9.4. Não permitir que os empregados da **CONTRATADA** realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

9.6. Efetuar as retenções tributárias de acordo com a legislação.

9.7. Manter durante toda a execução do Contrato, submissão às determinações impostas no Código de Conduta e Integridade da **Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis-CODER**, aprovada na reunião nº 001/2021 do conselho de administração, realizada em 15/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações constantes do termo de garantia e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

11.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

11.2.2. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

11.2.2.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.2.2. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104
Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



11.2.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

11.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

11.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.8.1. Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas.

11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.





12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos para a contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à **CONTRATADA**:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a publicidade será feita por meio do Portal Transparência, cabendo a **CONTRATANTE** enviar ao Tribunal de Contas os dados necessários até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da execução orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da cidade de Rondonópolis.



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Rondonópolis, 02 de junho de 2023.

CONTRATANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONOPOLIS – CODER

MARCUS VINICIUS DAS NEVES LIMA
Diretor Presidente

DARCIA DAIANY DOS SANTOS PAES
Diretora Adm. e Financeira

CONTRATADA: DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA

Testemunhas:

Nome: **RAFAEL LOPES VIEIRA**
RG: 177XXXX1 SSP/MT

**FERNANDO FERREIRA
SILVA BECKER**
OAB/MT-17.905
Diretor Jurídico

Nome: **AMANDA CRISTIANE MARTINS DE LIMA**
RG: 17XXXX8 SSP/DF

